

Valente

VENDA PROIBIDA

Revista das Trabalhadoras do Judiciário Catarinense | ano I | n. 02 | Agosto/2018



Entrevista

4 vezes a melhor do mundo

Amanda Lyssa Crisostomo

Aborto

Mulheres criminalizadas

Por Paula Guimarães

Violência doméstica

Feminicídio

Por Valfrida de Oliveira

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria Executiva:

Presidente - Walmor Grando
Vice-presidente - Valfrida de Oliveira
Secretário-Geral - Hélio Lentz Puerta Neto
1º Secretário - Guilherme Peres Fiuza Lima
Secretário de Finanças e Patrimônio - Cláudio Del Prá Netto
1ª Tesoureira - Liliane Fátima Araújo
2ª Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Silda Debus Coelho
2º Secretário de Imprensa e Divulgação - Douglas Martins Silva
Secretária de Assuntos Jurídicos - Eliane Pavanello
2º Secretário de Assuntos Jurídicos - Alcides Alonço Leonel
Secretário de Política Sindical - Rodrigo Corrêa Simon
2ª Secretária de Política Sindical - Vânia Maria Maçaneiro
Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes - Daniele Búrigo Marques Heinzen
2º Secretário de Cultura, Promoção Social e Esportes - Rafael Rovaris
Secretário de Aposentados - Luiz Nascimento Carvalho
2ª Secretária de Aposentados - Lindalva Sasse

Conselho Fiscal

Doraci Aparecido
Gleydy Fioranelli
Soraia Joselita Depin
Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

Vera Lucia Correa Prá Gonçalves -
Tribunal de Justiça

Região 4 - LITORAL NORTE
Ademir Justino de Freitas - Comarca
de Camboriú
Marcelo Martins Brandão - Comarca
de Balneário Piçarras

Região 8 - OESTE
Adriana Regina Modesti - Comarca de
Xanxerê
Ivete Tedesco Cambri - Comarca de
Quilombo
Lademir Hofmann - Comarca de São
Domingos

Representantes Regionais

Região 1 - EXTREMO SUL
Frank Rodrigues Gabriel - Comarca de
Urussanga
Giana Angeloni Ronzani Magagnin -
Comarca de Turvo
Maria Aparecida dos Santos Ferraz -
Comarca de Sombrio

Região 2 - SUL
Alcides Clemir Cappelletto - Comarca
de Jaguaruna

Região 3 - GRANDE FLORIANÓPOLIS
Agatha Fernanda Martins - Comarca
de Santo Amaro da Imperatriz
Alexandre Manoel Catarina - Tribunal
de Justiça
Jorge Augusto D'ornelas Ponsi -
Tribunal de Justiça / UPC
Marceli Regina Possamai - Fórum da
Capital
Mario Henrique Dingee - Comarca da
Capital
Nadjanara Avila - Tribunal de Justiça/
UPC

Região 5 - VALE DO ITAJAÍ
Alessandra Ludwig - Comarca de
Ibirama
Consuelo Mora - Comarca de Rio do
Sul
Lucas Scussel Degasperi - Comarca
de Gaspar
Marcos Rafael Gomes - Comarca de
Gaspar
Martha Heusser - Comarca de Indaial
Miguel Angelo Raymundi Filho -
Comarca de Rio do Campo
Solangela Corezzolla - Comarca de
Timbó

Região 6 - NORTE
Paulo Cesar Davet - Comarca de
Canoinhas
Moacir Dias - Comarca de Joinville

Região 7 - EXTREMO OESTE
Dalmo Gerson Muniz - Comarca de
Chapecó
Leandra Piccini - Comarca de
Palmitos

Região 9 - MEIO OESTE
Bruno Andre Dotta - Comarca de
Campos Novos
Jean Pierre Olejuki - Comarca de
Catanduvas
Marcelo Pucci - Comarca de Seara
Moises Ciryno Freitas - Comarca de
Anita Garibaldi - **em memória**

Região 10 - SERRA
Arnaldo Nazareno Borges - Comarca
de São Joaquim
Christian Costa Batagelo - Comarca
de Tangará
Claudio Oneres Heinzen - Comarca de
Lages
Dany Mailon Canani Borsatto -
Comarca de Campo Belo do Sul
Everton Dutra Liczkoski - Comarca de
Lages
Sidnei Furlan - Comarca de
Curitibanos

Sumário

Editorial

4

Cariny Pereira

5

Táticas de emancipação -
acesso à justiça e à política
como instrumentos de
empoderamento feminino

Daniele Burigo

7

Além de números precisamos
ocupar os espaços

Samira Calais

8

Imperfeita

Salete Maria

9

Afeto feminista

Rosane Magaly
Martins

10

Do direito ao voto ao direito de
sermos livres

Josiane Censi

13

A troca transcende o
feminismo como conceito

Liliane de Fátima
Silva dos Santos

15

Diferença sim, desigualdade
não: Representatividade
Importa

Mariana Pessoa

18

As mães que ninguém vê

Bruna Barreto

20

Pseudo amor

Valfrida de Oliveira

21

Feminicídio - O que é mesmo?

Luciana de Freitas
Silveira

23

Mulheres negras, mães e
lutadoras

Entrevista

26

Amanda Lyssa de Oliveira
Crisostomo

Caroline Rodrigues
Costa

29

MENINICES
sobre crianças e instituições

Paula Guimarães

30

A ilegalidade das
provas contra mulheres
criminalizadas por aborto

Marlene Edir
Severino

33

Rascunho

Eu fui

34

Sugestões

35

Valente

Valente: um espaço de construção da sororidade entre nós mulheres

Seguimos lutando, valentes, em busca da igualdade entre gêneros e de um mundo mais solidário, humano e feliz. Sabemos que, mais do que possível, esse novo mundo é urgente e necessário.

Em meio a tantos compromissos diários, cuidado dos filhos, dos nossos idosos, da casa, e dentre tantos outros papéis que desempenhamos na vida social, seguimos também escrevendo sobre vidas, sobre lutas, sobre sonhos.

E assim, chegamos à segunda edição de uma revista que veio para ficar, que pretende dialogar não só com as mulheres trabalhadoras do judiciário catarinense, mas com todas as mulheres. Aqui são contadas muitas histórias, de sofrimento, de injustiças, de superação, de transformação.

Reafirmamos nossa vontade de que esta revista seja um dos espaços de construção da sororidade

de entre nós. Um espaço em que nos reconheçamos, fortalecendo a luta umas pelas outras, sem julgamentos, contribuindo para a construção de um mundo de paridade nos espaços de poder, de igualdade e fraternidade entre homens e mulheres, sem salários desiguais, sem definição de papéis, sem relacionamentos abusivos.

Queremos ouvir as mulheres porque entendemos que tudo que temos a dizer é importante, e que a luta de uma é a luta de todas. Nesta edição falamos sobre as mulheres em situação de rua, sobre o feminicídio, sobre aborto. Todos temas de urgente debate. Temos a entrevista de Amanda do Leão de Lages, que foi eleita a melhor jogadora de futsal do mundo pela quarta vez e que inspira a todas nós, temos poesia e reflexões sobre táticas de emancipação.

Sim, queremos nada menos que transformar o mundo! Queremos

transformar um mundo novo para todas as mulheres que estão e, mais ainda, para as que virão. Queremos uma sociedade em que a igualdade de direitos e oportunidades seja realidade para todas, negras, indígenas, lésbicas, mulheres com deficiência, mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, jovens e idosas.

Valente está aqui, nós estamos. Resistimos e avançamos.

Boa leitura.



Expediente:

Valente é uma revista do Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Estadual de Santa Catarina

Jornalistas responsáveis: Alana Pastorini (MTB 0072648/SP), Christian Vinícius (MBT 003182/SC) e Rubens Lunge (MTB 5567/RS)

Projeto gráfico: Tarik Assis

Ilustrações: Anna de Nardin

Diagramação: Tarik Assis

Tiragem: 4 mil exemplares

Contato: 0800 701 1690 / www.sinjusc.org.br / E-mail: sinjusc@sinjusc.org.br



SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



SINJUSC



@Sinjusc



(48) 9-9924- 6243

Táticas de emancipação - acesso à justiça e à política como instrumentos de empoderamento feminino



POR CARINY PEREIRA*

O Feminismo, como muitos movimentos políticos de vanguarda, foi sempre objeto do ataque e da desqualificação por parte de seus opositores. Ridicularizando suas defensoras como um bando de mulheres mal-amadas ou reduzindo seus objetivos à “luta contra os homens”, os poderes dominantes nunca demonstraram qualquer tolerância com o feminismo.

Poder Judiciário brasileiro reproduz o machismo estrutural, tendo em sua substância essencial o machismo dos Juízes imperando perante as análises dos casos em sua maioria.

Em meados dos anos sessenta, as mulheres brasileiras viviam sob uma ditadura militar repressiva e

impiedosa, constituíam menos de 20% da força de trabalho remunerada, tinham cerca de 6 filhos morando em pequenas cidades ou localidades rurais, só saíam da casa paterna para casar, eram reprimidas sob os fundamentos conservadores do catolicismo, com sua ideia de pecado, condenação do sexo e casamento indissolúvel.

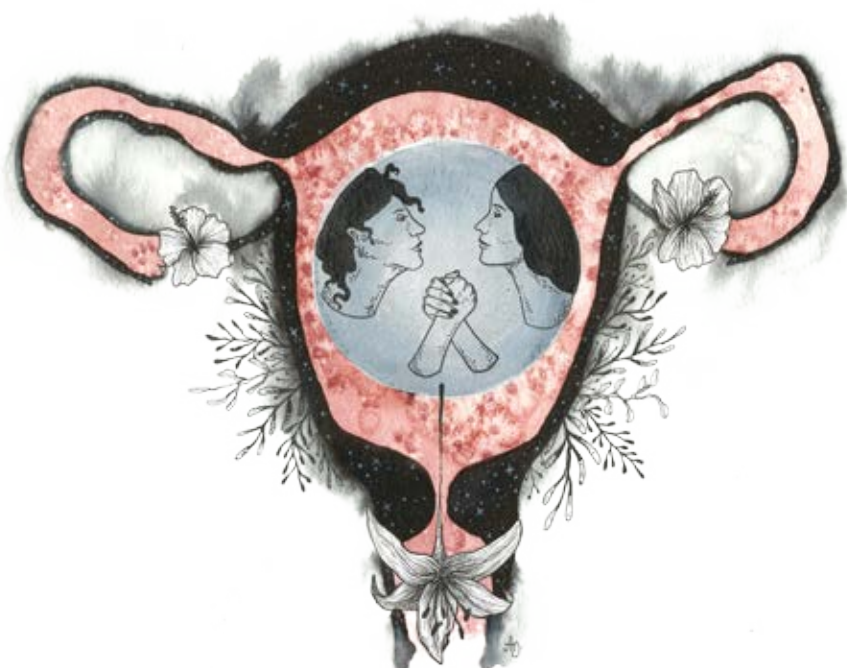
O divórcio não existia, as mulheres separadas eram estigmatizadas e o grande pavor de qualquer mulher era cair na boca do povo, pois sua “reputação” poderia pôr em risco sua carreira ou a guarda dos filhos. O exame de DNA ainda não tinha sido inventado e poucos assumiam a paternidade dos filhos não desejados.

Frente ao avanço de direitos, a mulher começa a perceber que seu espaço não se restringe ao espaço

do lar, também sopesa o tipo de relacionamento que requer o seu íntimo. O amor e a procriação deixam de ser o único objetivo de vida, e com todas as dificuldades impostas, chegam até mesmo a relegar em segundo plano os envolvimentos afetivos, partindo em busca da evolução na carreira.

Em que pese temos avançados vertiginosamente em direitos desde os anos sessenta, atualmente enfrentamos como estrutura dominante devido a atual crise do capitalismo, o cerceamento de direitos básicos, e em sua máquina de destruição do Estado, cujo marco inicial se deu com a retirada de uma mulher do cargo de chefe de Estado, foi o primeiro passo no retrocesso dos direitos das mulheres, que foram as mais afetadas com a reforma trabalhista e como se vê, serão as mais atingidas pela famigerada reforma da previdência.

Nesse sentido, o acesso à justiça pelas mulheres também remanesce com diversos obstáculos, agravados pelos tempos de cerceamento de direitos sociais. É possível observar que entre os obstáculos que permeiam o acesso à justiça quais sejam, obstáculos sociais, econômicos e culturais, as mulheres também são as mais afetadas, posto que em cada obstáculo evidenciado, o peso de ser mulher e a subjugação estrutural imposta, fazem como que na largada da “corrida processual” sua saída seja sempre com uma certa desvantagem.



Veja-se que não raro é necessário sempre uma gama de provas e relatos, muitas vezes humilhantes e desgastantes nas assertivas para provar que: "o sexo não foi consensual", "o dinheiro da pensão não é para a mulher gastar somente com ela", "não foi demitida por justa causa, mas sim vítima de assédio moral", etc.

De um lado, a Lei Maria da Penha regulamenta a obrigação do Estado a criar um aparato de acolhimento a mulher vítima de violência doméstica, de outro lado, ao chegar em uma delegacia para narrar os fatos acontecidos, são os homens de uma sociedade machista quem estão do outro lado do balcão de acolhimento.

Ante as dificuldades expostas, apresenta-se como de grande valia a construção de uma rede de apoio de gênero, baseando-se não somente em sororidade, mas também com alteridade, reconhecendo-se como seres políticos que se unem para garantir e promover direitos.

É essencial que as mulheres busquem participar de movimentos feministas, grupos de mulheres, rodas de conversa, sagrado feminino entre outros espaços e movimentos que trazem o olhar para o universo da mulher, a qual vive em um mundo projetado para homens e suas regras específicas. Com a participação em grupos de mulheres, a sensação de acolhimento e o compartilhamento de experiências promove a consciência de classe feminina e ajuda a se reconhecer enquanto sujeito de fala.

Outro aspecto importante ao lutar pelos direitos envolve a contrata-

ção de uma advogada feminista. Não se trata de promover a cultura do litígio, mas sim de construir um espaço de escuta e empoderamento feminino que cria laços, resolve problemas e muitas vezes promove conciliações, evitando até mesmo a via judicial para solução do problema apresentado.

Para além do direito das mulheres em suas famílias, é urgente procurar ocupar todos os espaços deliberativos, igualmente, apoiar umas às outras

Nessa esteira, ao precisar lutar por seus direitos a mulher já terá diminuído em grande escala suas delimitações impostas socialmente para o acesso à justiça. Primeiro, porque já terá plena convicção do espaço que ocupa socialmente, e antes de tentar se defender das acusações pífias que envolvem o engenho das cobranças patriarcais, partirá objetivamente para a luta de seus direitos.

Por fim, o ponto mais importante para se levantar nesse debate, é a importância de elegermos mulheres para ocupar os cargos de representação política. Embora as mulheres tenham maior expectativa de vida e mais escolaridade, mulheres ainda recebem bem menos que os homens no Brasil.

A renda per capita da mulher é 66,2% inferior à de pessoas do sexo masculino. No índice de desigualdade de gênero, o Brasil aparece na 92ª posição entre 159 países analisados, atrás de nações de maioria religiosa conservadora,

a exemplo de Líbia (38ª), Malásia (59ª) e Líbano (83ª).

Dito isso, torna-se urgente a implementação de mais políticas públicas voltadas para a igualdade de gêneros, que prezem os direitos das mulheres, e somente votando em feministas teremos o reconhecimento de que a igualdade é um direito elementar.

Por isso, para além do direito das mulheres em suas famílias, é urgente procurar ocupar todos os espaços deliberativos, igualmente, apoiar umas às outras para que ocupem tais frentes de luta. Não é coincidência, uma mulher luta pelos direitos de fato de outras mulheres com maior convicção, trata-se da comunicação a partir do seu espaço de fala.

Jamais teremos uma sociedade igualitária elegendo somente homens para representar politicamente questões inerentes ao gênero feminino, de fato, nesse diapasão, estaremos legitimando o machismo estrutural e jamais nos reconheceremos de fato como sujeitos de direitos. O mesmo se dá perante o Poder Judiciário, somente à frente dos espaços nos juízos de Direito ocorrerá a tão almejada emancipação feminina.



*Cariny é advogada feminista, OAB/SC 41.089, militante nas causas de Direito Público e Cível - família, sucessões, responsabilidade civil e consumidor.

Além de números precisamos ocupar os espaços

Sandra Adriana de Moraes - Fórum da Capital



Elza Terezinha de Oliveira - TJSC



Jane Alencar - Comarca de Lages



Zolaide da Conceição da Silva - Comarca de Criciúma



Rosane Alano - Comarca de Lages



Rosângela Laurentino - Comarca de Lages



Sumaya Dabbous - Comarca de Lages



Adelia Elbert - Fórum da Capital



POR DANIELE BURIGO*

As mulheres hoje são maioria na sociedade. Se analisarmos alguns dados podemos observar que temos grande capacidade de organização, maior índice de escolaridade em relação aos homens e, mesmo assim, a desigualdade salarial permanece.

“No Brasil, as mulheres estudam por mais tempo que os homens. Em 2010, 12,5% das mulheres com 25 anos ou mais tinham completado o ensino superior. Entre os homens, o percentual era de 9,9%. Entre as jovens de 18 a 24 anos, 15,1% freqüentava um curso de graduação contra 11,4% dos homens na mesma idade, de acordo com o estudo Estatísticas de Gênero 2014 - uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (fonte: [http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/05/escolaridade-](http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/05/escolaridade-entre-mulheres-aumenta-mas-desigualdades-na-educacao-persistem-6019.html)

entre-mulheres-aumenta-mas-desigualdades-na-educacao-persistem-6019.html).

Além de estudarmos mais, somos numa análise mais interna, também a maioria de trabalhadoras no Judiciário de Santa Catarina: hoje somos cerca de 70% nos fóruns e Tribunal.

No Sindicato de representação da classe de Trabalhadores do Judiciário Catarinense, temos em torno de 4,3 mil filiados, sendo que 65% destas filiações são mulheres.

Contudo, não queremos ser apenas números dentro de uma sociedade. Todas estas estatísticas apenas reforçam que precisamos ocupar os espaços, seja na política, na educação ou no trabalho.

É necessário observar que precisamos de cotas na política para termos direito a representação feminina. Na própria Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud),

temos cotas mínimas de mulheres para atuarem na direção, o que assegura assim o direito feminino de participar de decisões e defender os direitos relacionados aos nossos pleitos.

Nós mulheres, efetivamente, precisamos ter consciência e ocupar os espaços internos, enquanto direção sindical, trabalhadoras do judiciário e protagonistas importantes na sociedade. É preciso ter as mesmas condições de ganho salarial, é preciso que as leis que nos protegem sejam asseguradas e não tratadas como mero papel legislativo. Elas precisam ser efetivas, que garantam direitos, segurança e proteção.



*Daniele é trabalhadora do TJSC, diretora do SINJUSC e licenciada em Educação Física e Bacharel em Direito pela UNIPLAC.

Imperfeita

POR SAMIRA CALAIS*

Era um desses testes de internet. Talvez uma colega de trabalho tenha compartilhado ou um amigo enviou, não se lembrava direito. Mas quando ela abriu o link despretensiosamente no celular a pergunta a encarou: “Como você se sente em relação ao seu corpo?”. Acho que ela não estava preparada para esse questionamento. Não naquele momento. Numa terça-feira, depois de um dia inteiro de trabalho, dentro do transporte público, a caminho de casa. “Como me sinto em relação ao meu corpo?”, começou a se perguntar.

Olhou para os lados. Corpos de todos os tipos. Magros, compridos, gordos, pequenos, quadrados, redondos, curvilíneos, pretos, claros, firmes. Mulheres risonhas, mulheres tristes, mulheres conversando, mulheres coloridas, mulheres quietas, muitos tipos delas. “Como será que elas se sentem em relação aos seus corpos?”. Teve certeza que a resposta da maioria seria “insegura”.

Assim como quase todas as outras, ela foi criada para sentir vergonha, para disputar com as amigas, para competir com as mulheres da TV. Ser tão linda quanto uma modelo. Ser bonita tão naturalmente quanto uma jovem atriz. Ficar linda sem maquiagem. Fazer bonito na praia. Ficar deslumbrante de camiseta branca e calça jeans. Atrair olhares por onde passa. Ser expansiva, sorridente, simpática, depilada, cheirosa, meiga, recatada, sub-

missa. Ela nasceu para ser perfeita. Se olhou no reflexo das janelas do metrô. Pensou que há alguns anos não tinha dobrinhas na barriga. Seu corpo era mais firme, os braços finos, a pele mais vibrante. O cabelo antes era liso, talvez pintado de loiro ou ruivo, não lembrava. A bunda era mais empinada. Tudo bem, nunca foi tanto, mas era mais do que hoje. Os olhos continuavam os mesmos. Atentos, brilhantes, fortes.

Olhou fixamente para eles no reflexo. Viu uma mulher que nos últimos anos deixou de ser submissa, que tomou as rédeas da sua vida, passou a se amar mais, a se entender melhor, a saber do que gostava e do que não fazia questão. Viu uma mulher que está num processo de se tornar dona do seu corpo e a cada dia se sentir mais confortável na sua pele. Viu uma mulher que compartilha suas incertezas com outras mulheres, que vê nelas irmãs de luta e que entende que somente juntas podem caminhar. Olhou para alguém que vê o sagrado no seu corpo, que se cuida, entende seu poder e sabe que só ela mesma pode fazê-la feliz. Viu uma mulher imperfeita. E a sensação não era de tristeza.

Ela sorriu, sozinha, vendo sua figura e sentindo o balanço do metrô



nas suas curvas. Sentiu seu corpo, sentiu conforto na sua pele, se sentiu linda e forte, como nunca tinha experimentado antes com tamanha firmeza. Pegou o celular e voltou para onde tinha parado. Releu a pergunta: “Como você se sente em relação ao seu corpo?”. A resposta nunca vai ser simples, mas ela se permitiu, pelo menos hoje, escolher uma opção que há pouco ela nem cogitaria: “Me sinto incrível”.



*Samira é jornalista, especialista em Rádio /TV, estudou Criação Literária e Antropologia Visual e é militante de movimentos feministas e negros.

Afeto feminista

Salete Maria*

Aquele cuidado lindo
Que encanta nossas vistas
Que aos poucos vai nutrindo
Nossa alma equilibrista
Que sacia nossa fome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela sinceridade
Que não se vê no sofista
Junto com a honestidade
Dos que são idealistas
É o sonho que nos consome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquele acolhimento
Que nos faz mais otimista
Que aplaca o sofrimento
Com palavras intimistas
Tem amor no codinome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela compreensão
Do nosso ponto de vista
Que não põe em suspeição
E nem exige avalista
É fruto bom que se come
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela ação concreta
Real e coletivista
Que a teoria completa
De forma não dualista
Capaz de ter sobrenome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela camaradagem
Que incomoda o machista
Que desmonta a engrenagem
Da roda capitalista
Deixa o racismo insone
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquele encontro de vidas
Que amplia nossa lista
Das pessoas mais queridas
Dentre tantas "alquimistas"
Que curtem a pedra-pomes
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela escuta amorosa
Terna e voluntarista
Ou dedinho de prosa
Num momento niilista
Não há força que lhe dome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela força tremenda
Nas fases mais derrotistas
Quando não há quem entenda
Tua crise existencialista
Vem de alguém que não some
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela palavra certa
Que não se lê nas revistas
Quando tudo está uma merda
Nos espaços belicistas
Que embrulham o abdome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquele abraço forte
Poderoso e altruísta
Que na dor serve de norte
Quando perdemos a pista
Que ainda não tem renome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela sororidade
Que nos leva às conquistas
Na luta por igualdade
Por liberdade e justiça
Não existe quem nos tome
A isto damos o nome
De afeto feminista



*Salete é cordelista, feminista, advogada
e professora do Bacharelado em
Estudos de Gênero e Diversidade da
Universidade Federal da Bahia.

Do direito ao voto ao direito de sermos livres

POR ROSANE MAGALY MARTINS*

A primeira mulher da história a discutir questão de gênero foi Sappho, 612 a.C., poetisa grega que pregava pela liberdade sexual plena das mulheres. Depois dela, várias se sucederam questionando a autoridade masculina em uma história marcada pelo patriarcado e machismo, perseguição e mortes. A primeira onda do feminismo surgiu no século XIX, onde as principais bandeiras das lideranças da época eram o direito de voto às mulheres, discussão sobre direitos econômicos, propriedade e autonomia. No século XX outras mulheres foram às ruas, impulsionadas por Simone de Beauvoir, e exigiam o fim do patriarcado, do machismo, com pautas sobre seus direitos reprodutivos e sexuais, assim como a igualdade no trabalho e o direito a se divorciarem. Estamos hoje imersas na terceira onda, onde cada vez mais mulheres em todos os países passam a ter consciência de si e das outras, com discursos marcados por palavras como empoderamento, gênero, raça, lugar de fala, objetificação e padrões estéticos, ampliando as lutas para outras classes, cores, origens e identidades.

Alguma coisa melhorou para nós, mulheres? Se compararmos o sé-

culo XXI ao XIX, obviamente que sim. Entretanto, os dados estatísticos mostram que não temos ainda muito que comemorar. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ divulgou em março de 2018 análises que mostram que uma mulher é assassinada a cada duas horas, e há uma mulher estuprada a cada 15 minutos no Brasil. Se considerarmos o último relatório da Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa a 7ª posição entre os países mais violentos para as mulheres, de um total de 83 países investigados.

uma mulher é assassinada a cada duas horas, e há uma mulher estuprada a cada 15 minutos no Brasil

Nós, mulheres, mesmo em número maior entre as pessoas com ensino superior completo, ainda enfrentamos desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens. É o que comprova o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil², divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação à renda média mensal por sexo, entre 2012 e 2016, as mulheres ganhavam, em média, 75% do que os homens ganham. Isso significa que as mu-

lheres têm rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1.764, enquanto os homens, R\$ 2.306.

Em termos de rendimentos, vida pública e tomada de decisão, a mulher brasileira ainda se encontra em patamar inferior ao do homem, bem como no tempo dedicado a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. A pesquisa confirma ainda uma desigualdade maior entre mulheres brancas e negras ou pardas. O tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou a afazeres domésticos é maior entre as mulheres (18,1 horas por semana), do que entre os homens (10,5 horas por semana). Esse indicador é importante porque dá visibilidade a um trabalho não remunerado, que é executado pelas mulheres, dentro de casa. No Nordeste, as mulheres dedicam um número maior de horas a cuidados, nesse tipo de atividade (19 horas por semana, contra 10,5 horas semanais dos homens).

Segundo o estudo do IBGE, a dupla jornada fica nítida para as mulheres quando elas têm que se dividir entre os afazeres domésticos e o trabalho pago. Isso faz com que elas sejam obrigadas a aceitar, em alguns casos, trabalhos mais precários. Além disso, essa dupla ou tripla jornada exclui a mulher da

1 Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/INFOGRAFICO_ANUARIO_11_2017_Retificado_15-12.pdf>. Acesso em 10 mar. 2018

2 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>>. Acesso em 10 mar. 2018

participação de movimentos sociais e políticos do país. Nestes espaços de disputa de poder, as mulheres não têm com quem deixar os filhos, os netos ou pais idosos que ficam geralmente sob sua responsabilidade e cuidados.

A representatividade política é outra preocupação dos movimentos feministas. O Brasil ocupa a 152ª posição entre 190 países, em relação ao percentual de cadeiras em suas câmaras de deputados ocupadas por mulheres em exercício. As mulheres são sub-representadas em várias áreas, não só na vida política, como no Congresso Nacional e cargos ministeriais, mas também nos cargos gerenciais, nos cargos públicos e privados e no Judiciário. Em 2017, dos 28 cargos de ministro, apenas dois eram ocupados por mulheres.

A questão do Judiciário é problematizada por Célia Regina Ody Bernardes, juíza federal em Macapá-AP e membro da AJD (Associação Juízes para a Democracia), que questiona as razões pelas quais mulheres não figuram nas listas tríplexes e por quais motivos não

ascendem por merecimento aos tribunais na mesma proporção que os juízes homens³, uma vez que não aceitam mais integrar, pacíficas, apenas a base dos órgãos do Poder Judiciário.

dupla ou tripla jornada exclui a mulher da participação de movimentos sociais e políticos do país

É através da organização e discussão de gênero que é possível entender e denunciar o funcionamento dos dispositivos do patriarcado que fazem com que

a presença de juízas seja tanto mais rarefeita quanto mais se ascende na hierarquia das carreiras do Poder Judiciário. Tanto que a ministra, Carmem Lúcia⁴, chegou a expressar em discurso comemorativo ao Dia da Mulher, em 2017: “Vossa Excelência vê como é a vida... Nós (mulheres) temos um dia, Vossa Excelência tem todos os outros. Olha o princípio da igualdade...”

A participação de mulheres no efetivo das polícias civil e militar no Brasil é um indicador importante para avaliar a sua representatividade, e está associada à política nacional contra a violência contra a mulher. A lei prevê que a mulher



Fonte: Silvia Medeiros/Portal Catarinas

3 Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/15/poder-judiciario-e-retrato-da-desigualdade-de-genero/>> Acesso em 10 mar. 2018

4 Presidenta do STF, Ministra Carmem Lúcia, na sessão plenária do dia 8/3/17, respondendo ao cumprimento do Ministro Luis Roberto Barroso pelo Dia Internacional da Mulher. O registro foi feito na seguinte reportagem: ‘Nós (mulheres) temos um dia, Vossa Excelência tem todos os outros’, diz Cármen Lúcia. TheHuffingtonPost. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/08/nos-mulheres-temos-um-dia-vossa-excelencia-tem-todos-os-outr_a_21876558/. Acesso em: 11 mar. 2017.

vítima de violência seja atendida, preferencialmente, por policiais do sexo feminino. Mas ainda é pequena a participação feminina nas duas corporações. Em 31 de dezembro de 2013, as mulheres representavam 13,4% do efetivo ativo das polícias militares e civis no país, de acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic).

E em Santa Catarina não poderia ser diferente. Somos o 5º Estado mais violento do país: nos últimos cinco anos, 542 mulheres foram assassinadas em Santa Catarina. No ano de 2017, só em Blumenau foram quatro. Nosso Estado tem o maior índice de tentativas de estupro do Brasil: 10,2 casos para cada grupo de 100 mil pessoas. Na estatística de estupros consumados, SC é o 5º no país. Florianópolis apresenta a maior taxa entre as capitais em estupros consumados: 111 casos em 2015 para 176 ocorrências em 2016.

Doze anos após a aprovação da Lei Maria da Penha, Santa Catarina não tem nenhuma delegacia exclusiva de proteção e atendimento às mulheres, sendo o único Estado da região Sul a não ter esse serviço especializado. A Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina ainda não reconhece a morte de mulheres em contexto de violência doméstica ou por questões de gênero como feminicídio nos dados de segurança disponibilizados no site da instituição.

Discute-se hoje o ideário neofeminista, que debate questões ainda mais amplas do que as manifestações contra abusos em relação ao gênero. Muitos coletivos têm

se posicionado sobre modelos de desenvolvimento social e econômico e questionam o capitalismo e as violações de direitos de comunidades indígenas femininas, de negras, entre outras questões, numa militância que se espalha por universidades, ruas e redes sociais. Essas novas feministas

Ainda nos amordaçam, nos calam, nos matam. O que queremos? Ser livres e iguais

deixaram de queimar sutiãs em praça pública e desde 2011 organizam a Marcha das Vadias, movimento que tomou ruas e avenidas de cerca de 200 cidades no mundo, em países como Índia, África do Sul, Austrália, Alemanha e Brasil, tendo como tônica, ativistas com seios de fora bradando: “nosso corpo, nossas regras”. Essas mulheres têm como bandeira a liberdade e a diversidade e se arvoram para defender o direito das minorias, tudo com um toque de ousadia e irreverência, próprios de sua faixa etária.

Portanto, o feminismo em todas as suas vertentes é essencial e necessário não só para dar visibilidade às questões de igualdade entre homem e mulher e todos os desdobramentos de gênero (lésbicas, bissexuais, transexuais) nos cenários políticos, econômico e social, como ainda para mostrar que continuamos sendo vítimas de violência física, psicológica, moral e econômica perpetrada por nossos companheiros, maridos, namorados. Não temos nada a comemorar com tais índices de violência. Nem o que comemorar com nossa

carga de trabalho tripla, pelos salários menores que recebemos, pela objetificação de nossos corpos e falta de liberdade sexual que ainda recai sobre nós.

Várias mulheres nos antecederam na história do feminismo, fossem elas escritoras, professoras, políticas ou simples trabalhadoras. Elas foram capazes de inspirar importantes transformações que impactariam na vida das mulheres de hoje, de Sappho à Beauvoir, de Nísia Floresta à Margareth Rago. Milhares de mulheres foram perseguidas e mortas enquanto exigiam direitos iguais. E continuamos a morrer. Que possamos reconhecer que nossa luta é todo dia, contra o machismo, o patriarcado e as desigualdades que se perpetuam entre homens e mulheres. Ainda nos amordaçam, nos calam, nos matam. O que queremos? Ser livres e iguais.



*Rosane é mestrande, advogada, escritora, pesquisadora do GEPES- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e militante feminista.

A troca transcende o feminismo como conceito

POR JOSIANE CENSI*

Não é necessário sofrer abuso sexual para chorar. O estômago não embrulha somente quando a fome chega. Não sofremos pela homofobia só quando somos homossexuais.

A sensibilidade e a empatia afloraram com temas polêmicos com o simples exercício de buscar informação, de refletir e de se politizar.

O feminismo é um desses conteúdos que podem ser vividos de forma intensa. Você pode pesquisar o tema na internet e várias matérias atinentes ao tema aparecerão, você verá também inúmeros livros publicados sobre o assunto. O Feminismo ganhou força nos últimos tempos e, hoje, passou a ocupar alguns espaços até então dominados por conteúdos conser-

vadores. Apesar disso, a mídia tradicional segue manipulando o que (in)conscientemente sofremos.

Mas se tudo isso ainda é muito distante, experimente fazer uma retrospectiva da sua trajetória de vida, da sua mãe e irmãs ou, indo além, das suas amigas. Certamente, você tem uma história para nos contar sobre um dia terem falado sobre sua aparência, sobre sua roupa, sua inteligência, sua forma de dirigir e talvez ainda sobre sua histeria.

Nesse exercício, propõe-se um desafio: encontrar uma mulher que não tenha sofrido preconceito.

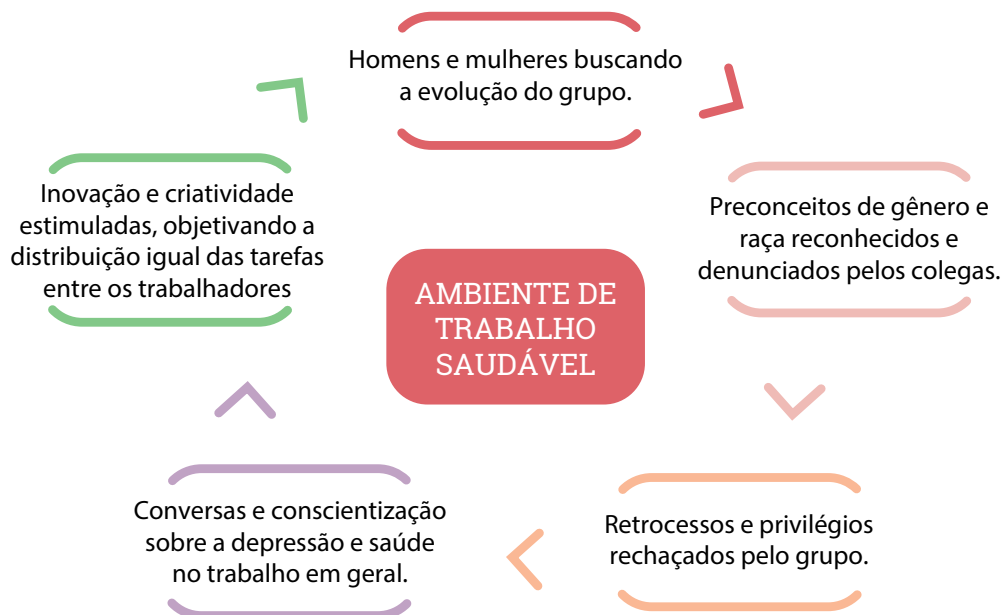
O sistema capitalista atingiu um nível que está se tornando algo natural. Assim, a sociedade é levada a acreditar que não há outro caminho e a manutenção do *status quo* acaba se perpetuando. Entre

diversos problemas que isso traz, encontra-se a redução ou subestimação da participação das mulheres na sociedade. Por conseguinte, seguimos alimentando desigualdades sociais inaceitáveis, o patriarcado, o preconceito de gênero, de raça e de nível social.

Inclusive, o governo atual desempenha bem este papel conservador, chamando a atenção para o apoio por parte das pessoas que sofrem com isso. Simone de Beauvoir retrata bem ao dizer que "o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos". Vimos os nossos direitos trabalhistas serem tolhidos e o óbito iminente da previdência social, de forma que as pessoas passarão a vida toda trabalhando sem ter qualquer brecha para refletir sobre feminismo. A manutenção do *status quo* nos afasta deste assunto primordial.

Este quadro precisa mudar a partir do reconhecimento de que não há espaço para o patriarcado.

No Dicionário Crítico do Feminismo, Christine Delphy apresenta o Patriarcado como uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos estágios da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a "segunda onda" do feminismo surgida nos anos 70 no Ocidente.





Houve protesto na rua, cartazes, muita luta e enfrentamento.

O caminho percorrido e o legado deixado confirmam a profundidade das reivindicações que encaramos. Os fluxogramas apresentados são uma maneira de visualizarmos como desencadeiam os abusos no ambiente de trabalho, local que convivemos com as mais diversas condutas. Em contraponto, o outro esquema

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens, podendo ser também sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres”.

Para Marcia Tuburi, em Feminismo em Comum, patriarcado é uma forma de poder. “Ele é como uma coisa, uma gerigonça feita de ideias prontas inquestionáveis, de certezas naturalizadas, de dogmas e de leis que não podem ser questionadas, de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter seus privilégios de gênero, sexuais, de raça, de classe, de idade, de plasticidade.

No nosso ambiente de trabalho, observamos inúmeras situações que sustentam o patriarcado. Amostra disso é que, apesar da maioria de servidores no Poder Judiciário ser de mulheres, os cargos de chefias são ocupados, na sua maioria, por homens.

A nossa vulnerabilidade perante esse quadro social e político que

se apresenta, justifica a necessidade de reconhecimento dos movimentos feministas.

Repudiar atitudes abusivas e afirmar o quanto nocivo é o assédio te faz valente o suficiente para se levantar como uma feminista. Se não quiser este título ou rótulo não importa, estamos juntas

O movimento feminista nos alerta em vista disso, não no sentido de simplesmente virar a chave e se tornar ela a opressora, mas sim demonstrando a igualdade dos sexos com a geração de iguais oportunidades, com o afastamento de preconceitos e da sujeição mulher X homem.

Não é de hoje que o movimento feminista vem apontando os desvios do sistema paternalista e buscando reverter o quadro de preconceito arraigado.

Atos aparentemente simples como o voto feminino, não nos foram entregues gratuitamente.

exemplifica um ambiente de trabalho mais sensível, com homens e mulheres engajados com o feminismo, afastando atitudes abusivas.

Enxergar atos machistas no seu dia a dia, repudiar atitudes abusivas e afirmar o quanto nocivo é o assédio te faz valente o suficiente para se levantar como uma feminista. E assim intitulada, você não está sozinha. Se não quiser este título ou rótulo não importa, estamos juntas.



*Josiane é técnica judiciária auxiliar da Comarca de Blumenau, Secretária do Foro Central, bacharel em Direito, pós-graduada em Direito do Consumidor.

Diferença sim, desigualdade não: Representatividade Importa

POR LILIANE DE FÁTIMA
SILVA DOS SANTOS*

*Enquanto não houver leões
historiadores, a glória da caça
irá sempre para o caçador.*

Provérbio Haussa

Este texto é como uma colcha de retalhos. Um pouquinho de muitas coisas, resultado do convite para falar de um projeto que estamos desenvolvendo em uma escola e um pouco da minha pessoa (a trajetória de uma mulher periférica). Aproveitei também para torná-lo mais uma ferramenta de análise reflexiva de divulgação e problematização da temática de paridade de acesso, direito e visibilidade no ambiente escolar e nas interações e relações sociais dos sujeitos. A ideia de ampliar o repertório de discussões acerca das atividades que são propostas para trabalharmos a LEI 10639 - do texto da Lei, para a prática didático-pedagógica.

Essa premissa sempre foi uma questão instigante na minha vida profissional. A ideia da paridade de direitos centra-se no respeito e na valorização das diferenças como matéria-prima para uma educação de qualidade. Historicamente, os afrodescendentes foram alvo de discriminações e preconceitos que acabaram por negar-lhes muitos dos direitos que asseguram a igualdade de condições e de oportunidades para a construção de uma vida digna, como por exemplo: não poder estudar, não poder usar

transporte público, ter seu trabalho desvalorizado, não recebendo pela prestação de serviços, etc.

Reflexo que se estende aos dias de hoje em diversos setores da vida de um afrodescendente. Alelo a este problema de conflitos sociais e morais, e com o aprofundamento nos estudos científicos das relações humanas e avanços no campo da educação moderna em questões igualitárias, surge dentre outras tentativas, a de possibilitar

Enquanto um de nós não for livre, nenhum de nós será! UBUNTU

equidade de acesso às AÇÕES AFIRMATIVAS, tais como: a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Estatuto da Igualdade Racial e as cotas, dentre outros documentos norteadores e ações institucionais ou não para possibilitar a igualdade. Neste contexto, ressalvo nas últimas duas décadas a importância da expansão e qualificação do diálogo político apartidário do movimento negro e afins, a nível nacional, articulado aos movimentos sociais e a multiplicação de coletivos/grupos/aquilombamentos.

Aceitei recentemente o desafio de assumir a Direção de uma Escola Básica Municipal, na cidade

de Florianópolis. Até aí, tudo bem. Faz parte da trajetória de qualquer profissional receber e aceitar desafios. Por isso vou retroceder um pouco nessa narrativa, para dividir com vocês um pouco do que é estar aqui e como isso foi possível.

No decorrer da escrita vamos decidindo juntos se estou relatando dias de guerra, da glória da resistência ou de luta.

A primeira pergunta sem resposta me acompanha há mais de 30 anos e se refere diretamente à autoestima. Não sei precisar o dia em que ela apareceu, lembro-me apenas da raiva de ser chamada de negrinha. Também não sei por que o incômodo naquele momento, pois era palavra costumeira em referência a minha pessoa. No passar dos anos, ainda sem identidade racial constituída, conheci outras palavras que me tiravam o sossego. Mesmo desconhecendo o peso do racismo estrutural, não entendia como um lugar tão bom como o ambiente escolar podia ser tão cruel.

Bolsista iniciando a vida escolar, dentre os preparativos para ir à escola, no silêncio de casa não me preparam para ser tratada como diferente. Pensar que cerca de dois séculos atrás a palavra negro era proferida como forma pejorativa para se referir aos escravos, e nos dias atuais as pessoas ainda não entendem a necessidade de significar ou ressignificar a forma como nos referimos às pessoas não brancas, tratando-as como

peças negras, peças pretas ou peças de cor. E talvez até o final deste texto apareçam mais possibilidades carregadas de intenções politicamente corretas.

Fugindo um pouco de conceitos teóricos, não estou usando esse termo identitário no contexto biológico ou genético para sobrepor raças, e sem medo de parecer ingênua, vou fazer a pergunta de forma simplificada: como vamos construir uma identidade racial positiva se as pessoas ainda olham os afrodescendentes como diferentes e ainda não conseguem olhar para pessoas pretas e aceitar sua cor?

A luta pela equidade de direitos me fez entender a necessidade de estudar as relações e interações entre as pessoas. Abarquei contextos como o do comentarista político Aron Raymond, que dentre outras possibilidades, define

“relações interpessoais, sejam no nível macroscópico dos grandes conjuntos, classes, nações, civilizações ou, utilizando uma expressão de uso corrente, sociedades globais”. Neste contexto fiz uma relação entre a gestão democráti-

como vamos construir uma identidade racial positiva se as pessoas ainda olham os afrodescendentes como diferentes

ca que é elaborada no pressuposto de efetivar a participação da comunidade educativa no cotidiano escolar dialogando com a Constituição Federal de 1988, que aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira regulamentada por leis complementares como a LDB e o Plano Nacional de Educação.

Talvez a ousadia de dialogar e me apropriar de documentos tão pontuais e aproximar esses balizadores que fundamentam a prática, sejam o composto impulsionador que em tão pouco tempo como gestora tenham me trazido a este momento para compartilhar com vocês a amplitude do primeiro projeto interdisciplinar da Escola Básica Municipal Padre João Alfredo Rohr, sobre Educação das Relações Étnico Raciais (ERER).

O desafio surgiu inicialmente da demanda da professora de artes na aplicação do conteúdo do livro didático do 6º ano sobre simbolismos africanos. Entendendo o conflito e a dificuldade da temática, apresentei-lhe o mês da mulher negra latino-americana e caribenha, para usar como pano de fundo na contextualização. A partir dessa gama de informações, distribuímos e relacionamos o conteúdo com as disciplinas e convidamos os professores a debater e trabalhar em uma perspectiva inclusiva da LEI 10.639. Entendendo as diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando, portanto, o pensamento e as ideias de importantes escritores e intelectuais negros - a cultura, música, culinária, dança, artes e as religiões de matrizes africanas.

Surge assim a ideia de realizar uma exposição de artes sobre o protagonismo da mulher negra, contação de história da Ulomma e confecção dela adornada, oficinas de bonecas Abayomi e produção de um varal literário a partir de do-



Foto: Liliane com alunas da escola Escola Básica Municipal Padre João Alfredo Rohr, durante oficina de turbantes

cumentários de Valda Costa, Tereza de Benguela e do livro de Carolína de Jesus - O quarto de despejo.

O início tímido do projeto logo deu lugar ao colorido do povo africano. Aos poucos os alunos foram participando, socializando e contribuindo com ideias, assim como mais professores de área foram se inserindo. No decorrer deste mês de julho, avançamos muito na busca por igualdade de direitos e contemplamos algumas das propostas do Plano Municipal de Educação para as Relações Étnico Raciais na Escola. Fomos convidados pela Coordenadoria Municipal da Mulher a levar nossa exposição de artes na abertura da comemoração do Mês da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha na Câmara dos Vereadores de Florianópolis/SC. Ampliamos o projeto para estender-se até novembro e continuamos a explorar as possibilidades de proporcionar aos alunos, professores e comunidade escolar a vivência igualitária em oportunidades.

Não paramos por aí. Com a vasta oferta de bons profissionais e ótimos programas educacionais da prefeitura, convidamos uma nutricionista pedagógica para fazer oficinas e palestras. Então, por meio da culinária africana, fizemos degustação gastronômica de caldinho de feijão e sucos potencializadores para combater anemia falciforme, em meio a uma roda de conversa sobre direitos com uma advogada.

Sair da zona de conforto não é tarefa fácil. Nós, mulheres pretas que ocupamos espaços de visibilidade precisamos aproveitar para quebrar as barreiras e tratar o ra-

cismo da forma correta. Combater e exterminar a prática que desvaloriza e desqualifica o ser humano em função de estereótipo se faz com diálogo e respeito. É preciso encerrar o período de escravidão que nos dias de hoje ainda está aberto na história do Brasil, sem reparação, sem conclusão, sem fim. Não é sonho, é projeto acadêmico de vida!

É preciso encerrar o período de escravidão que nos dias de hoje ainda está aberto na história do Brasil

Os dias felizes ainda não sobrepujam os turbulentos, mas para quem sabe o peso das lágrimas escondidas no canto dos olhos e entende o que é TER que ser forte quando o mundo te humilha e te diminui, sabe o peso de erguer a cabeça e olhar firme o algoz, saber que falar de superação é remoer sofreres. Ter sorriso no rosto e fazer a vida ter o movimento de uma roda de moinho é difícil, levantar quando se sabe que ao ficar de pé vai ter rasteiras, dá vontade de nunca mais ver o mundo na vertical. Ser mulher preta não é difícil, não me envergonha! O que me decepciona é no século XXI ver a mesquinhez de olhares para nossos cabelos, para o colorido das roupas, para nossos turbantes, para a nossa religiosidade, entrar em espaços de privilégio branco e ter que provar o que faz ali.

Estar engajada em movimentos sociais, ativismo negro, ser palestrante e ministrar cursos na temática Racial é uma parte da minha vida que busca resgatar e melhorar a vida da minha família e das pessoas que são excluídas pela

cor da pele; mas acima de tudo, nessa luta diária pela igualdade, busco salvar uma garotinha que se escondeu e foi se apagando a cada palavra racista, a cada ofensa. Busco aquela adolescente que nunca seria a mais bela, aquela moça que cresceu apagada, aquela jovem que o mercado de trabalho só ofertou subempregos, aquela negrinha que entendeu quando a mãe lavadeira e o pai pintor diziam: você precisa ser melhor e vai ter que provar isso todos os dias. Assim cheguei aqui, perdi um pouco da infância, um pedacinho da adolescência e a juventude - não me lembro se topei com ela por aí entre uma fila de desemprego e outra -, na correria da entrada tardia na faculdade levava os filhos juntos para assistir aula, enquanto meu esposo se virava em dois empregos para pagar o sonho da favelada que queria ser mestra e conquistar um lugar de fala melhor e ser igual aos outros em oportunidades, não perdi o senso da coletividade. Sei que muitos ao ler vão reconhecer seus privilégios e compreender a força deste texto simples e o motivo desta luta. E os outros?! Ah, sempre haverá os outros e é por eles que eu continuarei a lutar.



* Liliane é especialista em gênero, diversidade, idealizadora do projeto Social Armazém da Reciclagem, coordenadora da I Marcha da Negritude Catarinense, ativista e articuladora de ações afirmativas.

As mães que ninguém vê

POR MARIANA PESSOA*

As ruas de Florianópolis expõem um estereótipo de violência que silencia o abandono de mulheres cujo maior sofrimento é não ter condições de ficar com os filhos

Fraldas, mamadeiras, desenhos infantis. A maternidade vai além disso. A falta de tempo da mãe para si mesma, a dificuldade de ir ao banheiro, a mudança brusca que ocorre de dentro para fora. A criação e a educação. Na rua, as dificuldades da maternidade são outras. Drogas, violência, silenciamento. O abandono.

Não foi a rua que transformou a vida de Fran num pesadelo. Aconteceu muito antes, quando ainda era casada com seu ex-marido, pai de seus três filhos. Ela conta sobre o homem que deveria ser seu companheiro. Homem que a agredia com palavras e com as próprias mãos. Seu filho mais velho, de nove anos, foi quem mais vivenciou a violência diária, e

quando Fran optou por morar em Santa Catarina, o trouxe consigo, deixando as filhas mais novas, de oito e seis anos, com familiares no Rio Grande do Sul.

Não é uma tarefa fácil educar uma criança. Sem auxílio do pai e da família, a situação piora

A perspectiva de Fran era que a vida em Florianópolis fosse melhor, tanto para ela quanto para seu filho. Por ser hiperativo, o menino toma alguns medicamentos e precisa de mais atenção. No entanto, o desemprego e a falta de auxílio tornaram a rua a única moradia possível para ela e o garoto.

Não é uma tarefa fácil educar uma criança. Sem auxílio do pai e da família, a situação piora. Quando o filho, há algum tempo sem medicação, começou a se descontrolar, Fran ficou sem chão. "Ele roubava, desaparecia por horas. Não adiantava brigar", desabafa a mãe.

prar. A ficha criminal não era nada comparada à dor de ver o filho triste. Não se orgulha, mas também não se arrepende de tê-lo feito feliz mais uma vez, antes de deixá-lo com a madrinha. Era isso ou largá-lo em um abrigo.

Longe dos filhos, se jogou nas drogas. Ela tentou todos os meios conhecidos para não morar com o filho na rua. Tentou abrigos, mas não há um somente para mulheres. E nem para mulheres com filhos. Talvez não tenha faltado força de vontade para Fran, mas auxílio e assistência do Governo.

Embora o primeiro casamento tenha sido ruim, Fran casou-se novamente com um homem que a trata bem e que seu filho adora. E assim que ele sair da prisão, ela planeja reunir a família novamente. "Semana que vem saio da rua, e em breve começo a trabalhar. Assim que puder, terei meu menino de volta", conta. Aos 26 anos, Fran é um exemplo do que uma mãe é capaz de fazer. Seus filhos são sua maior motivação para vencer o obstáculo que é morar na rua.



Franciele Silva

Fran não suportou os julgamentos sobre o comportamento do filho. Entrou para a vida do crime para dar os sapatos novos que a criança tanto pedia, além das comidas que antes não podia se dar ao luxo de com-

Adriana foi abandonada quando tinha cinco anos. Machucada pelas pessoas que deveriam protegê-la, seu destino fora selado ao pisar em um abrigo pela primeira vez em Florianópolis. Não gostava do local, e já com seus 12 anos tentava fugir das garras do Conselho Tutelar.

Sem família, sem rumo. Abandonada pela segunda vez pelo Estado, largada à própria sorte. Não

concluiu o ensino fundamental; não gostava de estudar. Incentivo? Não tinha. A rua, as drogas, os garotos. Podia se virar sozinha.

Engravidou antes dos 15 anos, mas não pôde ficar com a criança, que foi adotada.

A saudade faz parte do dia a dia de Adriana, que chora ao lembrar da filha de quatro anos tirada há pouco mais de três meses. Dormiam em uma barraca, na rua mesmo. A perda dos filhos é a dor mais pulsante para ela. A de oito, a de quatro e o bebê que sequer chegara a nascer.

Adriana gosta de pintar desenhos em cadernos, como se fosse uma criança; até parece uma. Pequena, enrolada em suas cobertas, ouvindo música em seu celular antigo e distante das outras pessoas. Até do homem por quem está apaixonada. Mesmo com ele, precisa se prostituir. Por causa das drogas.

Proibida de ver a filha, que era sua pequena companheira, Adriana pensa em engravidar novamente. Dessa vez, quer um menino. Sempre quis um. O diagnóstico de HIV não amedronta a jovem mãe, muito menos a instabilidade financeira e emocional. "Posso arranjar um emprego e uma casa para morar", acredita Adriana. Como se fosse tudo que uma criança precisasse.

Ela usa as drogas para escapar da realidade. Está na rua por causa delas, um ciclo vicioso. Cheira, fuma, bebe. Com 22 anos sofreu incontáveis abandonos e violências. No entanto, quando questionada sobre sair da rua, exige uma condição:

— Minha filha comigo.

Aline é uma sobrevivente. Três episódios de tuberculose, overdose de crack, tiros, atropelamento. A história dos anos que passou na rua dariam um livro, e se está viva hoje é porque teve sorte. As cicatrizes pelo corpo marcam a vida dura da jovem mulher, que atualmente luta por melhorias na assistência às pessoas em situação de rua em Florianópolis.

A jornada de Aline na rua começou há muitos anos. O vício em crack foi o motivo. Relembra o quanto era bonita com o cabelo cacheado, o corpo jovial, os dentes no lugar. Era fácil conseguir dinheiro se prostituindo. E depois gastando com crack. Carioca, morou alguns anos nas ruas de Curitiba. "As políticas públicas de Curitiba funcionam. Eu sempre tinha onde dormir, comer, tomar banho", relembra.

Veio para Florianópolis quando conheceu o marido, há dois anos, mas reclama da diferença entre as duas cidades. Não há abrigo feminino na Capital, mesmo com a grande quantidade de mulheres na rua. O machismo está presente em todas as camadas sociais, e na rua as afeta com ainda mais violência.

Conta que há alguns meses sofreu um estupro nos arredores da UFSC. Foi levada a uma casa deserta, apanhou e foi violentada. Ao buscar assistência, mais uma dor vêm à memória. O SAMU não foi socorrê-la e o estuprador saiu impune. Negra, pobre, usuária de drogas. Mesmo assim, Aline não desanima em buscar melhorias para sua vida.



Aline Salles

Teve quatro filhos. A menina mais velha vive com o pai, e aos 13 anos, quer conhecer a mãe. Mas não quer reivindicar a maternidade agora. "Não é o momento, quero estar em uma situação melhor", reconhece Aline. Aposentada por ser soropositiva, mora com o marido em uma casa alugada.

Militante no Movimento Nacional de População de Rua, Aline tenta auxiliar a todos, seja com conselhos ou oportunidades. O importante é que ninguém passe por tudo aquilo que passou. "Não desejo nem ao meu pior inimigo", conta. A dificuldade na fala deixa a conta como sequela de toda violência sofrida é mais um obstáculo para Aline, entretanto como exemplo de mulher empoderada, continua lutando pelos direitos da população em situação de rua e das mulheres que ninguém vê.



*Mariana é estudante de jornalismo, apaixonada pelo universo literário e amante da escrita.

Pseudo amor

Bruna Barreto*

Ela dizia que me amava,
Que nunca foi tratada.
Tão bem por alguém.

Nosso amor,
Era proibido,
Escondido,
Era só nosso,
De mais ninguém.

Eu queria gritar pro mundo,
Esse amor,
Mas ela dizia que não podia,
Eu entendia.

Não é fácil ser mulher,
E não amar macho.
Eu dizia:
-Tudo bem!

E a gente seguia,
Junto,
Mas não tão junto assim.
Pro mundo,
Éramos amigas,
Quando não tinha ninguém,
Éramos casal.

Por um ano,
Foi escondido nosso amor,
Mas eu cansei,
E bastou um mês,
Pra ela assumir o
namoro com outra,
E seis,
Para dizer que estava casada.
Ela dizia que me amava,
Mas no natal,
Não foi eu,

Foi a branca que
você apresentou,
Como sua namorada,
Mas o que doeu,
Não foi o fato de não ter
sido apresentada,
Foi ter sido taxada,
Como a preta louca
desvairada,
Sendo que o mínimo
que eu merecia,
Era ter sido respeitada.

Beijar a boca da preta
todo mundo quer,
Agora quero ver,
Falar que a preta aqui
é tua mulher!



*Bruna é poetista, mulher, preta, lésbica, graduanda em Animação na UFSC e escritora de temas étnico-raciais e de gênero, usando a palavra como instrumento de representatividade.

Feminicídio - O que é mesmo?

POR VALFRIDA DE OLIVEIRA*

A mulher é violentada toda vez que algo lhe é imposto. É violada em sua individualidade e sua dignidade uma vez que perde o poder de decisão sobre seu corpo.

(Mary Scabora - Psicóloga clínica)

“O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.”, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (**Relatório Final, CPMI-VCM, 2013**)

Não é raro ao abrirmos as páginas dos jornais, ligarmos a televisão ou até mesmo ouvindo o rádio nos depararmos com notícia de mulheres assassinadas por seus atuais ou ex: maridos, parceiros, namorados, enfim, um homem com o qual ela ou tem ou teve algum tipo de relacionamento íntimo. A cultura machista e patriarcal leva o indivíduo e algumas mulheres a acreditar que aqueles têm o domínio sobre o corpo e a vida destas.

Desde os primórdios recebemos educação de como nos comportamos de acordo com essa cultura e tudo que foge à “regra” merece punição. Isso não é privilégio de lares menos favorecidos, financeira ou intelectualmente. Infelizmente a violência familiar e doméstica contra as mulheres acontece em todos os seguimentos da sociedade, apesar das estatísticas mostrarem muito mais nas classes menos favorecidas.

A questão é que não basta termos uma legislação de proteção à mulher e não termos a conscientização das pessoas

Muitas mulheres suportam essa situação por medo de serem assassinadas; de não conseguirem criar os filhos sozinhas; por vergonha de admitirem que o casamento “fracassou”; de dizer que apanham do marido e acabam levando adiante um relacionamento que por si só já está falido e que pode levá-la à morte. Cabe salientar que este tipo de crime ocorre também e com muita frequência contra mulheres que não têm nenhuma relação com seu algoz, pelo simples fato de sua opção sexual. Mulheres lésbicas, trans e bissexuais são mortas a cada segundo devido suas orientações sexuais, sendo muitas vezes estupradas “para aprenderem a gostar de homens”. Estes estupradores estão dentro de suas próprias casas;

nas ruas; no trabalho; na escola e normalmente são sucedidos pelos feminicídios.

A questão é que não basta termos uma legislação de proteção à mulher e não termos a conscientização das pessoas. Importante lembrar que a Lei por si só não protege ninguém, é preciso realizar mudanças culturais, sociais e na educação de forma a combater o machismo enraizado em nossa sociedade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil ocupa a 7ª Posição entre as nações mais violentas para mulheres de um total de 83 países. Em média, 12 mulheres foram assassinadas diariamente em nosso país, durante o ano de 2017, segundo dados oficiais, tendo aumentado 63,5% em relação ao ano anterior.

Tipos de Feminicídio segundo a literatura:

- Feminicídio íntimo: aqueles crimes cometidos por homens com os quais a vítima tem ou teve uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins. Incluem os crimes cometidos por parceiros sexuais ou homens com quem tiveram outras relações interpessoais tais como maridos, companheiros, namorados, sejam em relações atuais ou passadas.

- Feminicídio não íntimo: são aqueles cometidos por homens com os quais a vítima não tinha relações íntimas, familiares ou

de convivência, mas com os quais havia uma relação de confiança, hierarquia ou amizade, tais como amigos ou colegas de trabalho, trabalhadores da saúde, empregadores. Os crimes classificados nesse grupo podem ser desagregados em dois subgrupos, segundo tenha ocorrido a prática de violência sexual ou não.

- Feminicídio por conexão: são aqueles em que as mulheres foram assassinadas porque se encontravam na “linha de fogo” de um homem que tentava matar outra mulher, ou seja,

são casos em que as mulheres adultas ou meninas tentam intervir para impedir a prática de um crime contra outra mulher e acabam morrendo. Independentemente do tipo de vínculo entre a vítima e o agressor, que podem inclusive ser desconhecidos.

O crime de feminicídio íntimo está previsto na legislação desde a entrada em vigor da **Lei nº 13.104/2015**, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, o assassinato de uma

mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Os parâmetros que definem a violência doméstica contra a mulher, por sua vez, estão estabelecidos pela Lei Maria da Penha (**Lei nº 11.340**) desde 2006: qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de orientação sexual.

É importante lembrar que, ao incluir no Código Penal o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, o feminicídio foi adicionado ao rol dos crimes hediondos (**Lei nº 8.072/1990**).



JE



*Valfrida é trabalhadora do Judiciário, vice-presidente do SINJUSC e secretária da Mulher Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Mulheres negras, mães e lutadoras

POR LUCIANA DE FREITAS SILVEIRA*

Começo esse diálogo propondo o lugar de fala, o lugar de ação, o lugar de quem gerou e construiu esse Brasil. A mulher negra esteve durante o período escravista em muitos espaços, como no seio da família dos senhores de engenho, no cuidado com a casa e alimentação das famílias brancas.

O Brasil não se limitou a receber da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; [...] Vieram-lhe da África “donas de casas” para seus colonos sem mulher branca. (RIBEIRO, 2003, p.391)

Além de toda a tarefa de casa, a mulher negra é a responsável pelo cuidado das sinhazinhas e sinhozinhos, além da amamentação, “[...] fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida, machucou-as, tirou-lhes os espinhos, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles” (RIBEIRO, 2003, p.414). Entendemos assim a sua influência no aprendizado das crianças brancas da época colo-

nial, introduzindo palavras inventadas, misturadas, amaciadas.

As meninas negras eram iniciadas muito cedo a senhores de engenho e seus filhos, sendo vítimas de uma vida de concubinação

As negras eram lavadeiras, cozinheiras, compradoras, costureiras, babás, amas de leites. Mesmo com a queima¹ de importantes documentos históricos sobre a escravidão, temos inúmeras passagens sobre as vidas das mulheres negras do período colonial. Uma delas é Honorata, que em 1860, aos 12 anos foi forçada à prostituição na Bahia. A dona do bordel adquiriu um imóvel, bens não duráveis e alimentação com sua negra².

As meninas negras eram iniciadas muito cedo a senhores de engenho e seus filhos, sendo vítimas de uma vida de concubinação. Em uma passagem, Freyre (2003) descreve as relações perversas e promíscuas às quais essas africanas e afro-brasileiras em tão tenra idade sofriam.

Negras tantas vezes entregues ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já pobres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem. (FREYRE, 2003, p.414)

Essas reflexões apresentam a objetificação que o corpo negro sofria no período colonial, principalmente os corpos das mulheres negras, que tinham como funcionalidade o trabalho e o sexo, criando assim um imaginário das mulheres negras e a erotização destes corpos para saciar os desejos mais íntimos dos homens brancos, bem como seriam tratadas como meras propriedades reprodutivas, ou seja, gerar mais crianças ou melhor situando para a época, produtos³.

Como teriam chegado aqui tantas mulheres, que as estatísticas dos portos não registram? Tratava-se de negrinhas roubadas que alcançavam altos preços, às vezes o de dois mulatões, se fossem graciosas. Eram luxos que se davam aos senhores e capatazes. Produziram quantidades de mulatas, que viveram melhores destinos nas casas grandes.

1 “[...] conselheiro Rui Barbosa, ministro do Governo Provisório após a proclamação da república em 1889, por motivos ostensivamente de ordem econômica – a circular emanou o Ministro da Fazenda sob o n° 29 e com data de 13 de maio de 1891, mandou queimar os arquivos dos escravos.” (Freyre, 2003, p.348)

2 SHUMAER; BRASIL, 2013.p.27

3 “O que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques.” (FREYRE.2003, p.399)

Algumas se converteram em mucamas e até se incorporaram às famílias, como amas de leite, tal como Gilberto Freyre descreve gostosamente. (RIBEIRO, p.163)

Talvez à falta de conhecimento da história da mulher negra, a ausência de socialização da vida das escravizadas no Brasil impeça que reflitamos qual foi e qual é o verdadeiro papel desta mulher no país. É esta mulher negra, que mesmo estando na base da pirâmide

econômica, é a que sustenta a família desde sempre, muitas vezes sozinha.

Lembrando que pós a dita Libertação de 1888, são as negras que dão suporte financeiro as suas famílias e aos seus companheiros negros. Pois os trabalhos domésticos não as afastou das casas grandes, aliás esse foi um dos lugares ao qual a liberdade não proporcionou afastamento. Mas elas se organizavam financeiramente com a venda de quitutes. Os tabuleiros ou cestos eram especialidades das mulheres negras desta época, que ofereciam peixes, frutas, doces, hortaliças e uma infinidade de coisas. Surge neste momento um movimento feminino de comércio ambulante. A mulher negra nunca parou!

E ao pensar no quesito trabalho, as mulheres negras são as maiores afetadas pelo desemprego, chegando a casa dos 12%⁴ as que não conseguem formalizar seus empregos, estando mais concentradas nos setores de serviço, resquícios do século escravista. Na pirâmide econômica é a menos renumerada. Enquanto a média salarial da mulher branca é de R\$957,00, a da mulher negra é de R\$ 544,40 (Caderno do IPEA, 2011, p.35). Entre fatores econômicos e sociais podemos verificar no trabalho do IPEA a dificuldade que essa mulher negra passa na questão econômica. Mas é na educação que ela ganha destaque - porém vindo logo atrás das mulheres brancas - o que representa um



4 O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%). (Ipea, 2011, p.27)

avanço e fortalecimento por meio do conhecimento.

Compreendo que é no campo da educação, espaço este de possibilidades, que esta mulher negra refletirá o seu verdadeiro valor na construção desse país, que durante quase quatro séculos a tornou objeto. A educação tem papel importante de libertar esta mulher negra, e ensinar aos filhos que esta mãe tem uma história de luta e de sobrevivência.

É em nomes dessas mulheres negras históricas como Dandara, Aquatune, Maria Felipe, Luiza Mahin, Lélia Gonzalez, Antonietas de Barros, Petronília, e tantas outras de luta, que sofreram e ainda sofrem com o racismo e o sexismo, que eu me coloco no front. É pela Maria da Graça, a mãe quilombola de Toca/Santa Cruz da cidade de Paulo Lopes, que perdeu a guar-

da das suas duas filhas menores, onde a justiça fecha os olhos para toda a historiografia das mulheres negras desse país, que amamentaram, embalaram e criaram durante

séculos as filhas das mulheres brancas, e que hoje diz para Gracinha, que ela não tem condições de criar suas duas filhas

por ser descendentes de negros. Eu mulher negra, mãe, avó periférica, estudante e militante trago a público a minha indignação.

Realmente, a sociedade brasileira e a justiça precisam urgentemente rememorar o processo histórico ao qual nós mulheres negras passamos nesse país. Lembrar o quão vil foi a colonização para nossos corpos e mentes, e quando queremos desfrutar ao lado dos nossos, seguindo as nossas práticas de sobrevivência, chegam e nos arrancam o que de mais precioso temos: as crianças.

Nós mulheres negras estamos aqui e estamos dizendo que não aceitaremos mais a senzala como espaço, não aceitamos o lugar de inferioridade ao qual o colonialismo nos impôs. Gracinha também não aceita, eu não aceito. Nossa luta é pela condição de viver em sociedade, de criar nossas crianças, de viver a filosofia UMBUTU, e principalmente de garantir os nossos direitos.



*Luciana é mulher negra, mãe, avó, esposa, moradora do Maciço do Morro da Cruz, Licenciada em Ciências Sociais na UFSC, militante do Movimento Negro Unificado/SC, educadora Projeto de Educação Comunitária Integrar, professora do projeto Educação Quilombola/SC.

Referências:

- BENJAMIM, Roberto. A África está em nós: história e cultura afro-brasileira: ensino fundamental... [et al] -2.ed.-João Pessoa: Editora Grafsest, 2010.
- CÉSARIE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Tradução; Anísio Garcez Homem. Ed. Letras Contemporâneas, 2010.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala- Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal -48ªed. Ver -SP: Global: 2003
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. -3ed. - BH. Autêntica, 2008.
- RIBEIRO, Darcy O Povo Brasileiro- A formação e o sentido do Brasil- 2ª edição- SP. Companhia das Letras, 1995.
- SCHURMAER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Mulheres negras do Brasil. Ed.condesada. RJ: SENAC Nacional, 2013. Publicado em parceria com a Rede e a Ed. Senac SP.
- Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.
- http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf acesso 09/07/2016
- <http://blogueirasnegras.org/2013/12/31/25-negras-mais-influentes-da-internet/> acesso 10/07/2016

Resistência e ocupação no futsal feminino

A luta das mulheres por emancipação e igualdade é extensiva aos gramados. Durante 40 anos, elas foram proibidas de jogar futebol em campos brasileiros após o decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941, restando-lhes apenas a permissão de animadoras de espetáculo. Foram anos de resistência para ter, novamente, o direito de ocupar espaços esportivos. Na quadra com a bola nos pés, Amanda Lyssa de Oliveira Crisostomo resistiu e conquistou seu espaço. Eleita quatro vezes a melhor jogadora de futsal do mundo pelo Futsal Planet, ela vem mostrando que o lugar dela é onde ela quiser.

Em entrevista especial à Revista Valente, Amanda traz suas narrativas, desafios e mostra que a quadra também é lugar de reivindicação e luta por igualdade de direitos.

Recebeu pela quarta vez consecutiva o troféu de melhor jogadora de futsal do mundo. Quando conta que é jogadora de futsal, como as pessoas reagem? Homens? Mulheres?

Amanda: Há cada vez mais naturalidade para isso, mas claro que ainda existe preconceito. Quando ganhei o prêmio de melhor do

mundo pela terceira vez, fui atacada por um rapaz na internet que disse que eu deveria estar em casa lavando louça. Eu respondi e isso virou matéria em portais nacionais. A vantagem de ter alguma visibilidade é que acabo respondendo por muitas mulheres que sofrem preconceito e não são ouvidas por ninguém.

O futsal é um esporte socialmente estigmatizado como prática masculina. Como transgrediu essa barreira?

Amanda: Essa pergunta pode ser feita para qualquer mulher que se



Amanda Lyssa de Oliveira Crisostomo. Foto: Assessoria de Imprensa do Leão da Serra

Idade: 23 anos

Estuda Fisioterapia na Uniplac

Atleta da Leão da Serra de Lages desde 2016

Natural de Fortaleza

Treina quatro horas por dia

4 vezes eleita a melhor jogadora de futsal do mundo

estabeleceu profissionalmente. Não é o futsal que é socialmente estigmatizado como prática masculina, o mundo todo é. Até mesmo as profissões que eram preconceituosamente "femininas", como os afazeres de cozinha, são uma forma de dizer que o mundo é masculino, porque os grandes cozinheiros homens nunca precisaram responder como tiveram sucesso numa profissão anteriormente feminina. Sabe por quê? Porque essa predominância de gênero é uma construção falsa. Todo homem pode ser o que quiser, toda mulher pode ser o que quiser. Eu estou vencendo no futsal do mesmo modo como os homens: treinando e me dedicando. Estou vencendo como mulher do mesmo modo que as demais mulheres: tendo que provar todo dia que merecemos o espaço que já conquistamos e ainda nos é negado.

O interesse no esporte vem?

Amanda: Vem de sempre. É algo que nasceu comigo. Gosto de vários esportes, não só de futsal. Acredito que o esporte é uma grande ferramenta de formação cidadã e de equilíbrio social. Investir em esporte é investir em cidadania. Sonho com o dia em que teremos uma cultura massiva de esporte escolar e universitário, como é nos Estados Unidos.

Como lutar por igualdade de gênero no esporte?

Amanda: Lutando por igualdade de gênero no mundo, em todas as campanhas, em todas as ações, respondendo entrevistas como essa. Dizem que no esporte o preconceito é maior. Talvez no Brasil, porque nos Estados Unidos a seleção de futebol feminino é mais reconhecida do que a masculina e e

no basquete é o inverso. No Brasil, tivemos o vôlei masculino dominante desde 1984, até o ouro em Atenas em 2004, mas no espaço que ficou sem o ouro até reconquistá-lo no Rio em 2016, foi a seleção feminina que foi medalha de ouro em Pequim 2008 e Londres 2012, e ficou mais em evidência. Mas por que separar em gênero? Se considerarmos tudo apenas vôlei brasileiro, temos medalhas de ouro em quatro olimpíadas seguidas. Então a luta pela igualdade de gêneros não pode ser apenas das mulheres, mas também dos homens, porque todos ganham juntos no final.

As garotas que jogam, ainda, rogam por mais espaço, reconhecimento e – o básico – salários dignos! Você ganha pra jogar? Comparado aos seus colegas jogadores, qual a diferença salarial?

Amanda: É enorme a diferença. Claro que eu ganho mais do que alguns homens, mas isso depois de três títulos mundiais e quatro vezes como melhor do mundo, e mesmo assim, se comparar com os homens que foram os melhores do mundo, ganho quase nada. A equação é a seguinte: precisamos de mais visibilidade para ter mais reconhecimento para estruturar melhor a modalidade para que todas ganhem dignamente. Não tem fórmula mágica. Tenho orgulho de jogar em um time, Leoas da Serra, que se preocupa com toda a equação, não só com as vitórias.

Quem é mais sexista? Família, amigos, comissão técnica, treinadores ou torcida? Por quê?

Amanda: Quanto mais desconhe-

cido, quanto mais distante, mais sexista. Quem está próximo, quem nos conhece, nos admira e luta junto, lado a lado. Família, amigos, comissão técnica, treinadores e torcida, que nos acompanham, são ótimos e nada sexistas. O problema é a massa que nos olha de longe e julga sem conhecer.

Qual o principal abismo que separa o esporte por gênero?

Amanda: O início da equação que eu citei, a visibilidade. A seleção de veteranos do futsal masculino teve jogos transmitidos ao vivo no SporTV, simples amistosos. Já o último jogo de futsal feminino transmitido no mesmo canal e em toda a TV brasileira em rede nacional foi a final do Mundial de 2014. Se a mídia resolver cobrir a modalidade, meio caminho terá sido andado e todos vão ganhar.

Dá pra viver do futsal?

Amanda: Eu vivo, algumas companheiras também, e a maioria nos times de alto rendimento consegue no mínimo uma bolsa integral de faculdade. A Uniplac, onde estudo, em Lages, dá bolsa para todo o time das Leoas, e ainda nos utiliza nas campanhas de mídia, como o vestibular, e com resultado. A Uniplac é um exemplo a ser seguido, tenho orgulho de vestir essa camisa. Mas como mercado, como meio de vida, o futsal brasileiro feminino ainda é precário, o que leva muitas jogadoras para o exterior.

Você se considera representativa?

Amanda: Acho que sou, mas veja bem: ser representativa sem visibilidade? Então esbarro em limites, mas não desisto.



Foto: Assessoria de Imprensa do Leões da Serra

Como encorajar outras mulheres?

Amanda: Trocando experiências e sendo encorajadas por elas também. Tivemos um encontro promovido pelas Leões da Serra com as policiais militares mulheres de Lages. Olha, recebi muita coragem delas. São heroínas. O aplauso que nós recebemos nos ginásios devia ser dado a elas todos os dias.

Já teve sua sexualidade questionada por jogar futsal? Sofre preconceito?

Amanda: Já. A sexualidade, a dignidade, a lucidez. Mas são os pobres

de espírito, só peço a Deus que ilumine seus caminhos. Preconceito apenas nas redes sociais. O preconceito é covarde, se esconde.

Já foi ofendida pelas torcidas no estádio?

Amanda: Só provocações de cunho esportivo, que tentam desestabilizar, mas acabam servindo de incentivo.

O que falta para o futebol feminino chegar ao topo?

Amanda: Levar a sério a equação que eu falei, e brigar menos entre nós e mais contra o sistema.

Além disso, nos espalharmos em escolinhas pelos colégios e criar atléticas nas universidades. O modelo já funciona em outros países. Também falta mais espaço, como esse cedido pelo SINJUSC. Muito obrigada pela oportunidade!

MENINICES

Sobre Crianças e Instituições

POR CAROLINA RODRIGUES COSTA*

I

Toda ela muito magrelinha. O único que trouxe consigo foram umas roupas apertadas e tão acabadas que não tiveram outro destino que não o lixo. Ao entrar na sala sentiu-se sucumbir em um mar de olhos e a vontade de se afogar em um mar de lágrimas. Sentou-se à mesa e pegou um pedaço de bolo. Imediatamente lembrou-se que estava faminta. Comeu o segundo, o terceiro e o quarto pedaço. Tão acostumada estava com a fome que as vezes parecia até esquecer-se dela. Parecia.

II

Após o banho permaneceu sentada no sofá completamente calada e com a cabeça baixa. Fazia um esforço para entender tudo aquilo que lhe estava acontecendo. Queria saber que lugar era aquele e onde estava sua mãe. Pensou em dizer para a “mulher do carro” que queria voltar para casa. Aproveitaria para desculpar-se com os pais por tudo o que havia feito de errado e diria que a melhor família do mundo era a sua. Ela não sabia ao certo por que, mas estava segura de sua culpa. Aos poucos o cansaço foi lhe vencendo e o sono ignorou a decisão de permanecer desperta. O último que escutou foi uma conversa vindo da cozinha.

- É aquela que está no sofá?
- É.
- E qual o nome?
- Sei lá, ela não fala nada. Tô chamando de menina.



* Carolina é assistente social da Comarca de Barra Velha e membro da atual diretoria da associação das assistentes sociais. Menina na vida.

A ilegalidade das provas contra mulheres criminalizadas por aborto

POR PAULA GUIMARÃES*

Enquanto famílias se preparavam para as festas de fim de ano nos meses de novembro e dezembro do ano passado, três jovens foram denunciadas à polícia pela prática de autoaborto durante o atendimento médico em Unidades de Pronto Atendimento de Rio Preto e Birigui, municípios do interior

de São Paulo. Procurada pelo Portal Catarinas, a assessoria de imprensa da prefeitura de Rio Preto informou que “em casos de tentativa de aborto provocado há registro em boletim de ocorrência”. No entanto, em resposta a um pedido de esclarecimento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a Secretaria Municipal de Saúde respondeu que não há qualquer orientação que estabeleça a denúncia

como prática institucional, uma vez que o sigilo é dever médico.

Ana Rita Prata, coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo, recomendou à prefeitura de Rio Preto que o Código de Ética Médica e a lei sejam respeitados nos serviços de saúde municipais. Nos casos em que a porta da unidade de saúde é entrada para o sistema penal, a confissão de um crime – um dos elementos mais importantes para a abertura de uma ação penal – é obtida pela violação do direito ao sigilo médico.

A pedido do núcleo, em 8 de março, o Tribunal de Justiça de São Paulo em decisão inédita, reconheceu a ilegalidade das provas obtidas por meio da quebra de sigilo por agentes de saúde e aceitou o arquivamento de uma ação criminal contra uma jovem de 21 anos que foi acusada de ter praticado o aborto. Ana Rita é uma das responsáveis pelo pedido que integra um conjunto de 30 habeas corpus para arquivar ações penais contra acusadas por esse crime. Cinco habeas corpus foram aceitos, um deles por ilegalidade das provas produzidas durante atendimento médico, 24 foram negados e um ainda aguarda análise do Tribunal.

Há outras decisões que estabeleceram jurisprudência sobre a nulidade de ações penais constituídas a partir de provas obtidas pela quebra de sigilo. Essa, no entanto, é primeira no TJSP. “É uma juris-



prudência e precedente importante. Nossa perspectiva é que esse entendimento passe a ser adotado por outras câmaras criminais e juízes de primeiro grau, que reconheçam de fato que as provas colhidas a partir dessas violações são ilegais”, analisa a defensora. O argumento pauta-se na inconstitucionalidade da criminalização e falta de justa causa para a abertura de ações penais. A negativa à maior parte dos pedidos se deu pelo entendimento de alguns juízes de que as análises propostas no pedido deveriam ser feitas no mérito do processo, e não no habeas corpus que, em tese, discute a legalidade, conforme explicou Ana Rita.

Os pedidos envolvem todos os processos identificados no estado entre 2011 e 2016, em que as rés respondem pelo crime previsto no artigo 124 do Código Penal com pena de um a três anos de detenção: provocar aborto em si mesma ou consentir que outra pessoa o provoque. 24 profissionais foram denunciados por quebra de sigilo aos conselhos de classe, entre eles 11 enfermeiras/os, 11 médicas/os e três assistentes sociais. De acordo com Ana Rita, a denúncia criminal contra eles precisa partir das vítimas da violação do sigilo. A Constituição Federal afirma em seu artigo 5º que são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos. O sigilo médico é tematizado no mesmo artigo, que garante, entre outras coisas, a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas. Além de processo criminal, a violação do segredo médico pode levar à ação indenizatória de danos morais e materiais e processo ético-profissional no conselho de classe.

Pesquisa realizada pelo Portal Cartas e GHS Brasil em tribunais do país revelou que São Paulo é o estado com o maior número de processos por aborto: ao todo foram 250 processos por aborto provocado pela gestante entre 2015 e 2017. Desde 2017, o Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) abriu 10 sindicâncias para apurar quebra de sigilo médico envolvendo denúncias de mulheres pela prática. “O Código de Ética Médica é taxativo: é vedado ao médico revelar fato que tenha conhecimento no exercício de sua profissão. No momento em que o médico revela que uma paciente fez o aborto, ele infringe o Código Civil, o Código Penal e o Código de Ética Médica, e cabe à pessoa prejudicada mover ação civil de reparação de danos, ação criminal e denúncia ao Conselho Regional”, colocou o médico Antonio Pereira Filho, Conselheiro e Coordenador do Departamento de Comunicação do Cresmesp.

Fragilidade das provas

De acordo com Ana Rita, a atuação da defensoria busca fomentar o debate sobre a ilegalidade da abertura de ação penal sem que haja materialidade e indício de autoria – fundamentais para a caracterização da justa causa.

“Há elementos importantes a considerar: houve aborto e foi provocado? As questões seguintes: existe indício de autoria, foi essa pessoa que o praticou? Quando o promotor denuncia, o juiz precisa avaliar, tem que haver justa causa para instalar o processo penal. Muitas vezes essas informações relevantes e essenciais para justificar a instalação do processo são deixadas de lado”, apontou Ana Rita.

O aborto é um crime de ação penal pública incondicionada, ou seja, não há necessidade de representação da vítima, basta que a polícia ou Ministério Público sejam acionados para a abertura do inquérito. O crime integra o capítulo do Código Penal “dos crimes contra vida”, e como no caso de homicídio, é julgado no plenário do Tribunal do Júri. Caso não haja elementos que comprovem a acusação, o juiz pode determinar a absolvição sumária da ré. Quando ocorre a condenação pelo Tribunal do Júri, a detenção resulta em regime aberto, normalmente convertida em prestação de serviço à comunidade.

Nos processos em que Ana Rita atuou, as acusadas não foram a júri popular porque receberam o benefício da suspensão condicional, oferecido pela promotoria a quem não tem antecedentes criminais e responde por crimes cuja pena mínima não ultrapasse um ano, como prevê a Lei nº 9.099/95. Em geral as acusadas do crime de autoaborto sem antecedentes criminais aceitam o benefício, conforme estudo da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em processos criminais no estado, publicado em 2017. O estudo “Mulheres incriminadas por aborto no RJ: diagnóstico a partir dos atores do sistema de justiça”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade (UERJ) e IPAS Brasil, divulgada em 2012, já havia constatado a realidade. “É verdade que em geral o Ministério Público cumpre um papel importante propondo a suspensão condicional do processo, mas até chegar a este ponto, a mulher passa por uma verdadeira via crúcis”, diz trecho dessa pesquisa.

Sob condições como comparecimento periódico à justiça, pagamento de multas, prestação de serviço à comunidade e restrições como não frequentar bares e não alterar o endereço sem autorização, o benefício da suspensão condicional interrompe o processamento da ação e a produção de provas. O processo pode ser reaberto caso a mulher não cumpra o que foi determinado no período de até dois anos. Com o cumprimento das condições, a beneficiária volta a ser ré primária. “A suspensão é um benefício interessante. No entanto, para haver suspensão condicional, assim como para haver abertura da ação, é preciso que haja materialidade e indício de autoria nos autos. Há casos em que não existe sequer a prova que a mulher estava grávida. Ela buscou o hospital com sangramento e o feto nunca foi encontrado. Ouviu-se falar que ela abortou e ocorreu a suspensão”, pondera a defensora.

Sob a espada da justiça

Na opinião da defensora, o fato de que a mulher irá responder a ação criminal já impõe peso moral e social, mesmo que a culpa não seja provada. A notícia sobre o possível crime e a abertura de processo criminal, principalmente em cidades pequenas, leva a consequências como a perda de empregos e até a mudança de endereço.

“Num dos casos, a mulher pediu na delegacia para que ninguém do trabalho fosse comunicado. A primeira atitude do delegado foi chamar o chefe dela para ser ouvido. Ela era secretária na prefeitura. Não havia relevância para a oitiva da pessoa. Não se tem ideia do quanto isso interferiu na rotina daquela mulher”, relata.

Para a advogada Ana Paula Sciammarella, integrante do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – Cladem, além do caráter moralista que prevê a impossibilidade de frequentar locais sociais à noite, a suspensão é um fardo para mulheres mesmo quando exige somente a assinatura mensal do termo de compromisso.

“Tecnicamente falando não é pena. Mas é como se tivessem com a espada da justiça na cabeça e dissessem ‘se você sair da linha te prendo’. Há um caso em que a mulher teve gêmeos e não conseguiu mais cumprir a assinatura mensal. Havia mudado do Rio de Janeiro para São Gonçalo, que é bem distante. Tinha dificuldade de se deslocar e de deixar os filhos, precisou justificar para não ser presa”, conta a advogada, uma das responsáveis pela pesquisa realizada pelo IPAS.

Como os processos por autoaborto dificilmente chegam aos tribunais superiores, porque em regra culminam em suspensão condicional, a maioria acaba sem julgamento sobre a constitucionalidade da criminalização e ilegalidade das provas obtidas. Na primeira vez que uma turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou habeas corpus para a soltura de funcionários de uma clínica clandestina, o pedido foi acatado com o argumento de que a criminalização da prática até os três primeiros meses de gestação é inconstitucional.

De acordo com o voto do ministro Luís Roberto Barroso, que alcançou a maioria, além de não estarem presentes no caso os requisitos que autorizam a prisão cautelar, a criminalização do abor-

to é incompatível com direitos fundamentais, entre eles os direitos sexuais e reprodutivos e a autonomia da mulher, a integridade física e psíquica da gestante e o princípio da igualdade. O julgamento em 2016 pela primeira turma do STF não altera o entendimento da corte sobre o tema, porém, abre precedentes para a descriminalização da prática. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) proposta à Suprema Corte, pauta-se nessa decisão ao considerar a criminalização inconstitucional e pedir a garantia do aborto até os três meses de gestação como direito a ser assegurado à mulher.

Esta publicação faz parte da série “Do pronto socorro ao sistema penal” produzido pela equipe do Portal Catarinas

Capítulo 2: Quando o hospital se transforma em cárcere: relato de uma jovem algemada ao leito.

Capítulo 3: A justificativa do hospital que denunciou uma paciente por aborto.



*Paula é jornalista e ativista, integrante da Frente Nacional pela Legalização do Aborto e cofundadora do Portal Catarinas.

Rascunho

Marlene Edir Severino*

Da janela
a mulher de cachecol
todo final de tarde
feito ritual
passeio com seu cão

Sorvo o último gole do
café sem açúcar
fico alguns segundos
perdidas em pensamentos
a olhar o fundo da xícara
enquanto ela some na esquina
entre a trama da
cortina de crochê

decido sair a esmo pela rua
lembro de passar no mercado
esqueci de comprar o leite
para o café da manhã

dois homens conversam
no boteco da esquina
um cachorro late
no final da rua
parece perdido

Desatenta olho as nuvens
o céu é empedrado
promessa de mais frio
traz o som do vento
rachado
seco
transpassa a pele
dói nos ossos –
esqueleto fora de esquadro



*Marlene é trabalhadora aposentada da Comarca de Itajaí, escritora, aquarelista e Graduada em Serviço Social com especialização em Política Pública pela UFSC.

Viajou para Bonito (MS)

“Ah viajar. É e será sempre um dos meus prazeres e acredito que de muitas pessoas. Se ainda não é para você, experimente e verá o bem que faz sair da rotina, conhecer lugares maravilhosos e culturas diferentes da nossa. Bonito traz consigo a essência da natureza com seus animais, rios, cachoeiras, lagos, cavernas e tudo é de uma nitidez de doer os olhos. Eu amo a natureza e confesso que Bonito emociona a cada curva, a cada vista, a cada lugar visitado. **Boa Viagem para vocês!**”

Gleydy Petrona Fioranelli Ferreira, lotada na Comarca da Capital – Norte da Ilha



Maris Tonon, lotada na Comarca da Capital – Fórum Norte da Ilha Trindade/UFSC



Viajou para Moscou (Russia)

Saber da possibilidade de uma outra ordem social reporta-me a 1978, quando ouvia a programação para o Brasil da Rádio Central de Moscou/URSS. A Revolução Russa de 1917, movimento esse com intensa participação e protagonismo das mulheres camponesas e operárias, estabelece uma outra visão de mundo. As estações de metrô, em Moscou, construídas no início do século XX foram chamadas de “Palácios para o Povo” e são obras arquitetônicas magníficas. Conhecer um pouco da Rússia foi materializar um sonho da juventude.

Viajou para Lisboa (Portugal)

Portugal uma viagem ímpar e a capital Lisboa tem um charme único, suas colinas, o Rio Tejo, seus bndinhos, o fado! Enfim, são muitas coisas lindas pra ver. Mas o que não pode ficar de fora do roteiro e estão bem próximos são a Torre de Belém, o monumento Padrão dos Descobrimentos e o Mosteiro dos Jerônimos. Imperdível: saborear os pastéis de nata na tradicional padaria “Pastéis de Belém”, que os serve desde o ano de 1837 ao lado do Mosteiro.

Vania Maria Maçaneiro, lotada na Comarca de Timbó



Livros



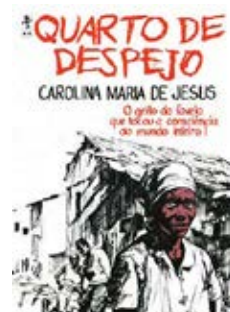
Feminismo em comum para Todas, Todes e Todos

Marcia Tiburi

A filósofa convida a repensar as estruturas sociais e a levar o feminismo muito a sério, para além de modismos e discursos prontos. Espera-se que, ao criticar e repensar o movimento, com linguagem acessível tanto a iniciantes quanto aos mais entendidos do assunto, o feminismo em comum seja capaz de melhorar as relações sociais.

Quarto do despejo - Diário de uma favelada

Maria Carolina de Jesus



A obra testemunhal consiste de um compilado de diários editados por Audálio Dantas, escritos por Carolina Maria de Jesus de maneira intermitente ao longo de 5 anos (entre 1955-1960). A autora, mulher negra, mãe de João, José Carlos e Vera Eunice, favelada, catadora de lixo e escritora, escreveu seu diário em cadernos que encontrava nos lixos de São Paulo. A narrativa é o cotidiano da autora e dos moradores da Favela do Canindé, em meio a explosão urbana que São Paulo passava na época.



Objeto sexual: memórias de uma feminista

Jéssica Valenti

Na autobiografia, a autora explora o preço que o machismo cobra na vida das mulheres. Dos assédios em transportes públicos e o medo do sucesso ao despertar sexual e a maternidade. Objeto Sexual, não apenas conta as histórias vividas por Jéssica, mas reproduz as que se repetem todos os dias, na vida de milhões de mulheres objetificadas ao redor do mundo.

Filmes

Juana Inês

Série disponível na Netflix

Criação: Patricia Arriaga-Jordán

Elenco: Arcelia Ramírez, Arantza Ruiz, Hernán Del Riego



Escritora e poeta autodidata, questionadora de dogmas religiosos, ameaçada de ser condenada à fogueira pela Inquisição e freira - eis a história da mexicana que abalou as estruturas do México colonial.



As sufragistas

Drama/Ficção histórica

Direção: Sarah Gavron

Elenco: Carey Mulligan, Helena Bonham Carter, Meryl Streep

A história das primeiras militantes feministas resgata a luta pelo voto feminino na Inglaterra de 1912, e se baseia no princípio da sororidade (irmandade feminina). Mostra ainda a luta por direitos básicos, como redução da jornada de trabalho, igualdade salarial, espaço de fala e voz ativa nas discussões políticas.

**“Ele tem a senha do meu
cartão, já me forçou a pegar
consignado e eu não posso
falar nada sobre dinheiro”.**

@MASELENUNCAMEBATEU



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

